Índice

E Caranaiamento de ricese e controles internes	
5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	9
5.5 - Alterações significativas	10
5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	
10.2 - Resultado operacional e financeiro	15
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	17
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	18
10.5 - Políticas contábeis críticas	20
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	25
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	26
10.8 - Plano de Negócios	27
10.9 - Outros fatores com influência relevante	28

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Descrição dos principais riscos de mercado

Os principais riscos que o emissor está exposto estão relacionados a oscilações bruscas na variação cambial, custos dos insumos, preços nos mercados onde atua, crise energética, regulação de preços pelos grandes "players" concorrentes, dentre outros que possam impactar nas operações e resultados das controladas/coligadas, diretas e indireta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mero

5.2 Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor

O emissor não tem uma política formal de gerenciamento de riscos. A administração acompanha e monitora a evolução do mercado e, quando são constatadas possibilidades de riscos iminentes busca proteção adequada para evitar reflexos negativos nas suas operações.

5.3 Controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros da Companhia e de suas controladas diretas e indireta. O sistema de controle interno do grupo está direcionado na premissa de garantir, de forma razoável, e em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Com base na sua avaliação da Administração, concluiu-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas diretas e indireta, mantinham controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

Os diretores das empresas do grupo possuem apoio permanente dos Departamentos de Controladoria e de Auditoria Interna para elaboração e fiscalização dos processos, garantindo a adoção das boas práticas observação das normas contábeis aplicáveis e de controle interno, respectivamente. A área de Auditoria interna efetua avaliação dos processos relevantes da organização, identificando os pontos de auditoria e reportando-se diretamente ao Conselho de Administração do emissor.

 Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os resultados de todos os trabalhos de auditoria interna são reportados ao Conselho de Administração e aos Diretores e Gerentes envolvidos. Para todas as deficiências apresentadas é solicitado as áreas a elaboração de um plano de ação, responsável e data de implantação.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Com base nesta revisão, o Auditor Independente não detectou deficiências significativas que pudessem comprometer as demonstrações contábeis do emissor e de suas controladas diretas e indireta, destacando os seguintes pontos e recomendações em seu relatório circunstanciado.

i) RELATÓRIOS DE CLIENTES

Descrição:

Constatamos que existe diferença entre os relatórios financeiros e registros contábeis da conta de clientes e em

31/12/2017 apresenta:

Diferença Relatório MI Títulos em Aberto ACR e Saldo Contábil

	Confronto Saldo Relatório Títulos em Aberto ACR	X	Saldo Contábil
	Relatório MI Títulos em Aberto ACR		12.498.615,23
11.201.001	Clientes - Mercado Interno (Saldo Contábil)		12.495.341,25
	Diferença detectada		3.273,98

O saldo contábil demonstra diferença com o relatório MI-Títulos em Aberto ACR de R\$ 3.273,98. Consideramos a diferença não relevante, entretanto considerando que a base de dados é a mesma, acreditamos que deveria apresentar similaridade nos saldos, bem como identificar a diferença e motivo.

Recomendamos:

• analisar a origem da diferença apontada entre os relatórios auxiliares de Clientes-MI com a finalidade de acertá-la e apresentar similaridade nos dados e saldos dos relatórios.

Comentários da Administração:

Concordamos com a observação mencionada no item "III –1.1" deste relatório, referente a diferença de R\$ 3.273,98 detectada entre o saldo contábil de clientes frente ao seu respectivo relatório suporte de controle, e sobre esse assunto informamos que: a montagem da lista de vencimentos ("Aging List") dos títulos a receber é realizada através de um relatório financeiro extraído do "ERP" utilizado pela Companhia (TOTVS/Datasul), todavia o relatório suporte continha valores indevidos, referente saldo de títulos já liquidados, registrados no momento de implantação de saldos iniciais, o que consequentemente gerava diferença frente ao saldo da rubrica de clientes.

Em Janeiro de 2018 a Companhia realizou, através de um chamado técnico junto ao fornecedor do sistema ERP (TOTVS/Datasul) a regularização dos referidos títulos, desta forma o ponto indicado acima, referente a diferenças entre relatórios foi corrigido, e os controles apurados a partir de em janeiro de 2018 não apresentam mais divergências.

ii) ANÁLISE DOS VALORES PENDENTES DE CLIENTES

Descrição:

Na composição analítica dos relatórios auxiliares de Clientes MI existem valores pendentes desde 2015.

Recomendamos:

manter os procedimentos de análise dos valores em aberto e o controle permanente, com o objetivo de identificar e regularizar
estes valores permanecendo no saldo a receber, apenas os direitos recebíveis (realizáveis), bem como controlar e identificar os
motivos das pendências.

Comentários da Administração:

Os valores indicados nos relatórios auxiliares, pendentes desde 2015, referem-se a duplicatas a receber, das quais ainda há possiblidade para efetiva cobrança e recebimento, todavia, para que estes valores estejam demonstrados de maneira correta nas Demonstrações Financeiras, a companhia realiza o reconhecimento de provisão para perda destes títulos, conforme política interna da Companhia, a qual avalia que títulos vencidos a mais de 180 dias possuem histórico de dificuldade de recebimento.

Considerando procedimento interno da Companhia referente a reconhecimento de provisão para devedores duvidosos, assim como política interna, consideramos que esse ponto não possui quaisquer possibilidade de risco para as demonstrações financeiras.

iii) IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARCELAMENTOS (Dívidas)

Descrição:

Verificamos que a companhia aderiu ao PERT (programa especial de regularização tributária) no 3º trimestre de 2017, e no quarto trimestre de 2017 foram complementados, analisados e registrados de acordo com o levantamento realizado pela área contábil, dos débitos a serem incluídos no PERT, foram identificados, calculados e pagos de acordo, também houve a revisão e ajustes referente a classificação dos impostos, contribuições e parcelamentos.

Recomendamos:

- manter a análise dos valores registrados no razão contábil confrontando com a posição de débitos na RFB que servirá de base para a composição e definição dos valores pendentes e sua situação;
- manter o acompanhamento de todos os débitos de impostos e contribuições apresentados pela companhia com a finalidade de
 controle e para as pequenas dívidas, dentro da possibilidade, sugerimos proceder a quitação, reduzindo débitos e controle de
 dívidas de pequenos valores;
- manter a rotina de efetuar a consulta e emissão de todos os extratos de parcelamentos da companhia com a finalidade de confrontar e servir de documento suporte para os registros e saldos contábeis e que sejam disponibilizados preferencialmente nos encerramentos trimestrais.

Comentários da Administração:

A Companhia dentro de suas rotinas de fechamento contábil mensal, adota como prática a análise e acompanhamento dos referidos parcelamentos e demais tributos em aberto, no entanto depende da geração e disponibilidade das informações da Receita Federal.

iv) IMOBILIZADO

Descrição:

Conforme mencionado em relatórios anteriores os bens do Imobilizado da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tiveram fatos considerados importantes para revisão de seus bens imobilizados quanto sua existência física, classificação, uso na atividade da empresa ou não, depreciação e realização de teste de "impairment". No 4º trimestre a companhia revisou por amostragem seus bens patrimoniais, conferindo sua existência física e valores, solicitando a avaliação de imóvel junto a imobiliária. Acompanhamos através de seleção de amostra para conferir alguns bens imóveis e identificamos sua existência. Também houve a transferência de bens para propriedade para investimento considerando o uso e a finalidade do bem para a companhia.

Recomendamos:

• manter os procedimentos de efetuar o levantamento físico dos bens patrimoniais de forma cíclica, assim como à avaliação anual relativa a recuperabilidade dos ativos, com intuito de atender as normas contábeis vigentes.

Comentários da Administração:

Informamos que os procedimentos realizados em 2017 referente a inventários e avaliações patrimoniais permitiram a validação da existência física e a recuperabilidade dos bens, bem como suporte para o registro da provisão para perda por recuperabilidade, no montante de R\$ 973 mil. A Administração tem como plano de ação, efetuar a atualização do tombamento de todo patrimônio.

v) DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição

De acordo com o mencionado em nosso relatório anterior referente a divergência de informações e valores entre os dados de depósitos judiciais do extrato de depósitos recursais-IS extraídos da Caixa Econômica Federal e os valores apresentados na conciliação contábil, observamos que no 4º trimestre de 2017 foi realizada a conciliação dos valores de depósitos judiciais reduzindo as diferenças detectadas nos períodos anteriores. Consideramos os procedimentos e controles aplicados pela companhia adequados.

Recomendamos:

- que a análise dos valores apresentados nos extratos-IS e controles da Companhia continue sendo realizado periodicamente.
- que a conciliação contábil identifique o depósito judicial, data, reclamante, valor, número do processo judicial correspondente, comparativo com o apresentado no Extrato-IS, o responsável pelo processo (advogado) e outros dados considerados necessários para o controle.

Comentários da Administração:

Concordamos com o ponto apresentado acima, e informamos que já adequamos nosso processo interno para realização das conciliações entre valores apurados através de relatórios internos frente aos relatórios externos, além disso, elaboramos um procedimento interno para analisar e discutir as diferenças que porventura ocorrem entre confronto de informações, esse procedimento permite maior sinergia entre as áreas de contabilidade e jurídico, e evita possibilidade de equívoco na interpretação das informações relativas aos depósitos judiciais, bem como atendimento a NBC TG 25.

vi) CONTAS DE MÚTUO - MINUANO e MINUPAR

Descrição:

Observamos que os mútuos existentes entre as empresas do grupo, sendo elas, Minupar, Sulaves e Valepar, não possuem previsão contratual relativa a forma de pagamento e/ou liquidação, bem como não deixa claro se terá incidência de juros e reajustes monetários, caso se apliquem.

Recomendamos:

Visando regularizar e dar suporte aos saldos contábeis no encerramento do exercício, bem como as operações financeiras realizadas entre as empresas, se faz necessário rever:

- a formalização existente, com intuito de incluir cláusulas prevendo a forma de remuneração e prazos;
- a forma de arquivamento dos contratos, os quais devem estar todos a disposição e de fácil localização (contratos, alterações e termos aditivos firmados entre as partes).

Comentários da Administração:

Considerando que recentemente a Companhia passou por mudanças estruturais de administração e departamento jurídico interno, os documentos serão revisados, assim como os procedimentos aplicados para armazenagem de documentos.

vii) TRANSAÇÕES REALIZADAS JUNTO AO FRIGORÍFICO NOVA ARAÇÁ

Descrição:

Em relação aos valores pendentes a receber com o Frigorifico Nova Araçá, na quantia de R\$ 2.152.565,60, registrado na controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, bem como sobre o saldo a receber de R\$ 12.751.894,00, registrado na Minupar S.A., discorremos:

Os valores registrados na controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos decorre de uma parceria realizada com o Frigorifico Nova Araçá no período de 2012 para viabilização da atividade operacional de abate de frangos, nesta parceria existia previsão para que a Companhia Minuano de Alimentos assumisse algumas despesas do Frigorifico Nova Araçá, tais como: despesas junto a fornecedores, criadores, produtores, contas de energias, multas do Sif, tarifa de títulos, entre outras, posteriormente os valores seriam reembolsadas pelo Frigorifico Nova Araçá à Companhia Minuano de Alimentos.

Além das transações mencionadas anteriormente, ocorreu ainda o registro de um empréstimo no valor de R\$ 10.000.000,00, realizado em 2011 da empresa Minupar Participações S.A. com a empresa Frigorifico Nova Araçá Ltda.

A forma de cobrança dos valores a receber junto a empresa Frigorifico Nova Araça Ltda encontra-se em esfera judicial, cujo processo está na fase de instrução, desta forma não há como avaliar de fato a forma de desfecho do processo.

Recomendamos:

• manter o acompanhamento do processo vinculado a cobrança dos valores indicado neste ponto, de forma a avaliar o saldo registrado na Companhia Minuano de Alimentos e Minupar Participações S.A.

Comentários da Administração:

Iremos acompanhar o processo judicial, e conforme ocorrerem movimentações futuras, sejam elas favoráveis ou desfavoráveis procederemos aos respectivos ajustes que porventura venham a ser necessários na contabilidade de ambas empresas.

viii) TRANSITÓRIA FOLHA - SALÁRIOS E BENEFÍCIOS

Descrição:

Constatamos que a rubrica "Transitória Folha Salário e benefício", na controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, estava apresentando saldo periodicamente. Considerando a natureza da conta e sua finalidade transitória, esta não deveria ter saldo no final de cada mês. Com isto, observamos que existiu inconsistência no fechamento da folha de pagamento e registros contábeis durante o exercício. Entretanto, no final do exercício a conta não apresentou saldo.

Nº Conta	Conta	Saldo 03/2017	Saldo 06/2017	Saldo 09/2017	Saldo 12/2017
	Transitória Folha - Salários e			148.092,01	0,00
21302021	benefício	131.197,37	156.079,33		

Recomendamos:

Estabelecer um padrão de rotina referente a conciliação dos valores registrados nos grupos de contas transitórias, visando a apresentação dos saldos contábeis de forma adequada rotineiramente.

Comentários da Administração:

O ponto apresentado acima refere-se a uma rubrica utilizada para fins de controle, a qual é "zerada" ao final de cada mês, porém, por motivos de parametrização dos critérios de contabilização de alguns eventos vinculados a verbas rescisórias e pagamentos de férias, alguns valores não estavam gerando o registro contábil de "zeramento", consequentemente as "rubricas destinos" também ficaram por alguns períodos com saldos inadequados. Mas conforme foi citado no próprio ponto identificado pelo auditor, a Companhia procedeu com a regularização dos parâmetros e periodicamente, mediante análise de conciliação contábil, irá realizar os ajustes necessários desta rubrica.

ix) ANÁLISE DOS VALORES VENCIDOS DE FORNECEDORES

Descrição:

Através do exame dos relatórios auxiliares de Fornecedores em aberto da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, identificamos na sua composição diversos valores de títulos vencidos desde 2013.

Recomendamos:

- que os valores (em aberto) antigos sejam todos identificados e analisados a fim de demonstrar o motivo da pendência;
- através desta análise, realizar a regularização cabível para que os relatórios e registros contábeis demonstrem os valores que são realmente devidos.

Comentários da Administração:

Informamos que no relatório emitido pelo módulo financeiro, os títulos a pagar são demonstrados de forma analítica, individualizado por fornecedor e por data de vencimento, no entanto, identificamos que alguns títulos possuem saldo em aberto, cujo valor refere-se a resquício de saldo não baixado, e não necessariamente constitui uma dívida junto ao fornecedor, cabe ressaltar que junto aos órgãos de proteção ao crédito não constam informações relativas à títulos protestados.

j) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo

auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os comentários dos diretores e medidas corretivas estão informados junto aos pontos indicados no relatório do auditor, conforme descrito de forma detalhada no item anterior.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 Programa de Integridade

A Companhia não possui programa de integridade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 Alterações significativas

Em relação ao ultimo exercício, se comparado a 2016 as alterações significativas foram:

- Concentração de mercado nos grandes "players".

PÁGINA: 10 de 28

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 Outras informações relevantes – Gerenciamento de riscos e controles

Todas as informações consideradas relevantes foram prestadas nos itens anteriores.

PÁGINA: 11 de 28

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 Condições financeiras e patrimoniais

Comentários da Minupar Participações S/A. e sua controlada Companhia Minuano de Alimentos, referentes ao exercício de 2017:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

No ano de 2017 ocorreram significativas alterações no aspecto patrimonial da Companhia, cujo intuito principal foi ajustar o balanço patrimonial de forma a atender normas, regulamentos e melhores práticas contábeis, destas alterações podese destacar como sendo as principais:

- (i) Reconhecimento de provisão para perda do saldo contábil de R\$ 34.369 mil relativo a crédito prêmio IPI, divulgado através da nota explicativa nº 7;
- (ii) Reclassificação contábil de ativos não operacionais para "propriedade para investimento", divulgado através da nota explicativa nº 8.
- (iii) Segregação dos saldos relativos a dívida fiscal entre "parcelamento" e "obrigações tributárias";

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para dar continuidade em seus negócios, e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazos junto às instituições financeiras e obrigações tributárias junto ao governo, também acredita que sua operação produz resultado suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

b) Estrutura de capital

Devido ao Patrimônio Líquido Consolidado Negativo, a estrutura capital consolidada da Companhia está composta da seguinte maneira:

	(Montantes expressos em R\$ m		
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Capital próprio (patrimônio líquido)	(292.963)	(267.600)	(254.268)
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	464.888	475.752	469.254
Capital total (próprio + terceiros)	171.925	208.152	214.986
Parcela de capital próprio	-170,40%	-128,56%	-118,27%
Parcela de capital de terceiros	270,40%	228,56%	218,27%

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A necessidade de recursos da Companhia refere-se principalmente a:

- (i) Pagamento dos custos de produção, dentre eles gastos com pessoal, energia elétrica e gastos com manutenção;
- (ii) Pagamento de obrigações, fiscais, trabalhistas e sociais;
- (iii) Pagamento de empréstimos e financiamentos;

As principais fontes de recursos da Companhia são:

- (i) Caixa gerado pelas atividades operacionais; e
- (ii) Empréstimos e financiamentos.

Os Diretores acreditam que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados pelas captações da Companhia serão suficientes para cobrir suas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

PÁGINA: 12 de 28

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No quadro a seguir são demonstrados os índices de coberturas dos últimos 3 (três) exercícios sociais:

(Montantes expressos em R\$ mil)

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
EBITDA ajustado	11.933	22.301	23.757
Resultado Financeiro	31.417	36.742	32.990
Índice de cobertura	0,38	0,61	0,72

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza como fonte de capital de giro os recursos próprios gerados na operação, assim como antecipação de recebíveis vinculados ao contrato de prestação de serviço.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem intenção para realização de fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretenda utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos referentes às demonstrações consolidadas do emissor estão indicados no item seguinte.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os empréstimos e financiamentos, referentes às demonstrações consolidadas do emissor, junto às instituições financeiras possuem as seguintes características e condições:

		Controladora		Controladora		Consol	lidado
Instituição	Encargos	Vcto	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	117	192 (a)	
Banrisul - consórcio	-	-	-	-	39	37	
		Circulante	-		156	229	

		_	Contro		Consolidado	
Instituição	Encargos	Vcto	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Banco do Brasil	TR + 0,7% a.m.	mar/21	-	-	1.056	1.733 (a)
Banrisul - Consórcio	-	-	-	-	261	283
	Na	ão circulante	-		1.317	2.016

a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

PÁGINA: 13 de 28

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

O emissor e suas controladas estão impossibilitados em distribuir dividendos devido a existência de dívidas previdenciárias, bem como pela existência de prejuízos acumulados que devem ser absorvidos por lucros futuros. Com relação aos bens imóveis da Controlada Indireta Companhia Minuano, os mesmos estão em garantia de processos tributários, o que impedem a alienação dos mesmos.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os limites de financiamentos do emissor não estão totalmente utilizados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

- (i) Reconhecimento de provisão para perda do saldo contábil de R\$ 34.369 mil relativo a crédito prêmio IPI, divulgado através da nota explicativa nº 7;
- (ii) Reclassificação contábil de ativos não operacionais para "propriedade para investimento", divulgado através da nota explicativa nº 8.
- (iii) Segregação dos saldos relativos a dívida fiscal entre "parcelamento" e "obrigações tributárias";

PÁGINA: 14 de 28

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Resultado das operações

- a. Resultados das operações do emissor:
- i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da controlada Companhia Minuano de Alimentos se divide basicamente em 2 segmentos, conforme quadro abaixo:

Segmento	2017	2016	2015
Industrializados	68.151	66.647	73.627
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	132.120	142.635	147.327
Total	200.271	209.282	220.954

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Receita Líquida no ano de 2017 reduziu em 3%, quando comparada ao ano de 2016. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R\$ 190.423 mil, sendo que no ano de 2016, a receita líquida foi de R\$ 196.298 mil. Esta redução está relacionada a redução do volume de vendas.

As despesas com vendas acompanharam praticamente, em termos proporcionais, a redução ocorrida na receita líquida, sendo que em 2017 o valor apurado de despesas com vendas foi de R\$ 8.082 mil, e para 2016 o valor foi de R\$ 8.329 mil, apresentando assim uma redução de 2,97%.

O comparativo entre as despesas com vendas frente a receita liquida se manteve no mesmo patamar, de 4,24%.

A segui um quadro demonstrando os valores mencionados anteriormente:

	31/12/2017	Variação %	31/12/2016
Receita Líquida	190.423,00	-2,99%	196.298,00
Despesas com Vendas	8.082,00	-2,97%	8.329,00
% Dep. Vendas / Receita Líquida	4,24%	-	4,24%

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Do ano de 2016 para 2017 não ocorreram significativas variações de receitas, ocorreu apenas o reajuste de preço previsto no contrato de prestação de serviço, este atualiza basicamente os valores de inflação ocorridos de 2016 para 2017.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Segue demonstração das informações financeiras dos 3 últimos exercícios sociais. A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados. (Valores expressos em milhares de reais)

PÁGINA: 15 de 28

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Receita Bruta	200.271	209.282	220.954
Receita Líquida	190.423	196.298	207.304
Lucro Bruto	35.800	36.907	46.740
Resultado Operacional	5.217	23.410	21.894
Prejuízo Líquido do Exercício	(25.363)	(13.332)	(11.096)
EBITDA Ajustado	11.933	22.301	23.757
Prejuízo por Ação	(3,5723)	(1,8777)	(0,0156)

PÁGINA: 16 de 28

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não está prevista a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não está prevista a ocorrência de eventos ou operações não usuais.

PÁGINA: 17 de 28

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis – ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia são sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Elas são elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nos 3 últimos exercícios não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

b. Efeitos Significativos das Alterações em Práticas Contábeis

Nos 3 últimos exercícios não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O Relatório dos Auditores Independentes não apresentou nenhuma ressalva, porém foram destacadas as ênfases apresentadas as seguir:

"O montante de R\$ 34.369 mil, da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, refere-se à saldo de crédito de prêmio IPI sobre exportações, oriundo de outubro de 1982 até outubro de 1990, devidamente deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, todavia tal crédito está sob discussão judicial vinculada à ação ordinária de nº 87.0001354-4. Este processo foi analisado em 31 de dezembro de 2017 pelos assessores jurídicos da Companhia, os quais emitiram relatório indicando a probabilidade de êxito como "possível" (nota 7 a). Considerando a avaliação, a Companhia procedeu o registro da provisão para perda deste crédito, com isso, não afeta a posição patrimonial da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Companhia Minuano de Alimentos, controlada indireta, realizou parcelamentos de débitos fiscais mediante adesão do PERT - Programa especial de regularização tributária, tanto de valores que se encontravam no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, como da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, concluindo a formalização do pedido de parcelamento em novembro de 2017, todos os efeitos da adesão foram devidamente calculados e registrados, tendo como saldo remanescente R\$ 12.156 mil em 31/12/2017, conforme nota explicativa 14 a. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Companhia e sua controlada indireta (nota explicativa nº 14.1) optaram em incluir parte do passivo tributário nos Parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014, bem como quitar de forma antecipada parcelamentos tributários correntes com os benefícios previstos na Lei nº 13.043/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos nos parcelamentos e na referida quitação antecipada encontram-se pendentes de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais.

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa e no sucesso do programa de saneamento implementado, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na

PÁGINA: 18 de 28

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014 e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. Em abril de 2016 a Companhia Minuano de Alimentos renovou, por prazo determinado, o contrato de prestação de serviço de abates de aves que mantinha junto à outra empresa do ramo, bem como continuam os esforços para controle de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização dos resultados da Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia e suas controladas continuarem operando."

PÁGINA: 19 de 28

10.5 Políticas contábeis criticas

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

As Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas incluem estimativas referentes à:

- 1) Provisões de natureza trabalhista,
- 2) Provisão para contingências,
- 3) Provisão para devedores duvidosos,
- 4) Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Declaração de Conformidade

a.1) Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

a.1.2) Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

b) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação.

b.1) Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

b.2) Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

c) Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

d) Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

e) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

f) Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

g) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

h) Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

j) Investimentos

j.1) Participações Societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

j.2) Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e obras cíveis para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 8,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

k) Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas deverão efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente. Com relação ao exercício de 2015, a administração avaliou os cenários da Companhia e de suas controladas constatando que os seus ativos imobilizados mantiveram-se gerando caixa linearmente, não ocorrendo durante o exercício nenhuma oscilação significativa em seu parque fabril que pudesse elevar ou minorar a estimativa de vida útil de seus bens com relação ao exercício anterior, motivo pelo qual a administração optou em manter os mesmos prazos de vida úteis já praticados.

I) Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

m) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de

resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

o) Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

p) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente e os circulantes, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a Deliberação CVM n° 564/08.

q) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação. Em 2015, conforme determina a Deliberação CVM nº 599/09, a controlada Indireta não efetuou registro dos tributos diferidos, visto que a administração da controlada julga que não haverá lucros tributáveis futuros em prazo inferior a cinco anos contra os quais os créditos fiscais pudessem ser utilizados. Outrossim, tais créditos fiscais permanecem controlados na Parte "B" dos Livros Fiscais sendo que os mesmos não possuem prazo prescricional.

r) Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

s) Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

t) Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "Impairment" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

u) Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- 10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:
- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items).

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados nos seus balanços patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem outros itens que não estejam contemplados nos seus balanços patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Comentar em relação a cada um dos itens constantes no item 10.6

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados nos seus balanços patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2017 os investimentos realizados, pela Controlada Companhia Minuano de Alimentos totalizaram R\$ 5.415 mil (R\$ 14.013 mil em 2016). Os investimentos foram voltados a modernização e melhorias nos processos industriais das unidades fabris da Controlada.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia utiliza, além de recursos próprios, parcelamento diretamente com seus fornecedores.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes, bem como previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano a Companhia não efetuou aquisições individuais que influenciam materialmente sua capacidade produtiva, as aquisições fazem parte de um conjunto de ações que visam a maximização da produção.

c. Novos produtos e serviços:

Não há previsão de novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante no desempenho operacional foram comentados nos itens anteriores.